



PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL



GeoAtributo - Consultadoria e Informação para o
Planeamento e Ordenamento do Território, Lda.

Preâmbulo

Parte I. Enquadramento

Parte II. Execução

Parte III. Inventários, Modelos e Listagens

Anexos

Versão 05 | abril de 2025

Ficha Técnica do Documento

| | |
|------------------------------------|--|
| Título: | Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do Município de Amarante |
| Descrição: | O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do Município de Amarante é um documento formal no qual se encontram definidas as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil. |
| Data de produção: | 21 de junho de 2022 |
| Data da última atualização: | 8 de abril de 2025 |
| Versão: | Versão 05 |
| Desenvolvimento e produção: | GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda. |
| Coordenador de Projeto: | Ricardo Almendra Geógrafo (Desenvolvimento e Ambiente) |
| Equipa técnica: | Andreia Mota Licenciatura em Geografia e Planeamento; Mestrado em Geografia, ramo de especialização em Planeamento e Gestão do Território; Pós-Graduação executiva em Sistemas de Informação Geográfica Teresa Costa Licenciatura em Geografia e Planeamento; Mestrado em Geografia, ramo de especialização em Planeamento e Gestão do Território |
| Consultores: | Rodrigo Silva Engenheiro de Proteção Civil |
| Equipa do Município | Hélder Ferreira Serviço Municipal de Proteção Civil |
| Código de documento: | 106 |
| Estado do documento: | Para Consulta Pública, nos termos do n.º 8 do artigo 7.º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio. |
| Código do Projeto: | 051130103 |
| Nome do ficheiro digital: | 00_PME_AMARANTE_Preambulo_V05 |

ÍNDICE DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE AMARANTE

PREÂMBULO

1. Lista de Acrónimos
2. Referências Legislativas
3. Registo de Atualizações e Exercícios

PARTE I - ENQUADRAMENTO

1. Introdução
2. Finalidade e Objetivos
3. Tipificação dos Riscos
4. Critérios para a Ativação
 - 4.1. Competências para Ativação do Plano
 - 4.2. Critérios para Ativação do Plano

PARTE II - EXECUÇÃO

1. Estruturas
 - 1.1. Estruturas de Direção Política
 - 1.2. Estruturas de Coordenação Política

1.3. Estruturas de Coordenação Institucional

1.4. Estruturas de Comando Operacional

2. Responsabilidades

2.1. Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil

2.2. Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil

2.3. Responsabilidades das Entidades com Dever de Cooperação

3. Organização

3.1. Infraestruturas de Relevância Operacional

3.2. Zonas de Intervenção

3.3. Mobilização e Coordenação de Meios

3.4. Notificação Operacional

4. Áreas de Intervenção

4.1. Gestão Administrativa e Financeira

4.2. Reconhecimento e Avaliação

4.3. Logística

4.4. Comunicações

4.5. Informação Pública

4.6. Confinamento e/ou Evacuação

4.7. Manutenção da Ordem Pública

4.8. Serviços Médicos e Transporte de Vítimas

4.9. Socorro e Salvamento

4.10. Serviços Mortuários

PARTE III - INVENTÁRIOS, MODELOS E LISTAGENS

1. Inventário de Meios e Recursos

2. Lista de Contactos

3. Modelos

3.1. Modelos de Relatórios

3.2. Modelo de Requisição

3.3. Modelos de Comunicados

3.4. Modelo de Declaração da Situação de Alerta

3.5. Modelo de Ativação do PMEPC

3.6. Modelos de Cartão de Segurança

3.7. Modelo de Ficha de Controlo Diário

4. Lista de Distribuição

ANEXO I - CARTOGRAFIA DE SUPORTE ÀS OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

1. Cartografia de Suporte às Operações de Emergência de Proteção Civil

ANEXO II - PROGRAMA DE MEDIDAS A IMPLEMENTAR PARA A PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS E PARA A GARANTIA DA MANUTENÇÃO DA OPERACIONALIDADE DO PLANO

1. Programa de Medidas a Implementar para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados

1.1. Estratégias Gerais para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados

1.2. Estratégias Específicas para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados

2. Programa de Medidas a Implementar para a Garantia da Manutenção da Operacionalidade do Plano

2.1. Exercícios de Proteção Civil

2.2. Ações de Sensibilização e Formação

ANEXO III - INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS E LISTA DE CONTACTOS

1. Inventário de Meios e Recursos

2. Lista de Contactos

ANEXO IV. LISTAGEM DE CANAIS E FREQUÊNCIAS RÁDIO

1. Frequências ROB para o Distrito do Porto

2. Frequências REPC para o Distrito do Porto (Banda Alta VHF)

3. Indicativo Municipal da Rede de Rádio do Distrito do Porto



PREÂMBULO



1. Lista de Acrónimos
 2. Referências Legislativas
 3. Registo de Atualizações e Exercícios
-

Esta página foi deixada propositadamente em branco

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| Índice do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Amarante | 3 |
| Índice..... | 9 |
| 1 Lista de Acrónimos | 10 |
| 2 Referências Legislativas..... | 16 |
| 2.1 Legislação Estruturante..... | 16 |
| 2.2 Legislação Orgânica..... | 17 |
| 2.3 Legislação Técnico-Operacional | 22 |
| 2.4 Legislação Concorrente..... | 24 |
| 2.5 Legislação Diversa | 28 |
| 3 Registo de Atualizações e Exercícios..... | 29 |
| 3.1 Registo de Atualizações | 29 |
| 3.2 Registo de Exercícios..... | 30 |

1 LISTA DE ACRÓNIMOS

| LISTA DE ACRÓNIMOS | |
|--------------------|---|
| A | |
| ACES | Agrupamento de Centros de Saúde |
| AGIF | Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, IP |
| AHBV | Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários |
| AI | Áreas de Intervenção |
| AIMA, I.P. | Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. |
| ANAC | Autoridade Nacional da Aviação Civil |
| ANACOM | Autoridade Nacional de Comunicações |
| ANEPC | Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil |
| APA | Agência Portuguesa do Ambiente |
| APC | Agentes de Proteção Civil |
| AR | Áreas de Risco |
| C | |
| CB | Corpo de Bombeiros |
| CCO | Centros de Coordenação Operacional |
| CCOS | Centro de Coordenação Operacional Sub-Regional |
| CCOM | Centro de Coordenação Operacional Municipal |
| CCON | Centro de Coordenação Operacional Nacional |
| CDPC | Comissão Distrital de Proteção Civil |
| CELOG | Célula Logística |
| CELOP | Célula Operações |
| CEPLAN | Célula de Planeamento |
| CGI | Centro de Gestão Integrada |
| CIM | Comunidade Intermunicipal |
| CM | Caminho Municipal |
| CMA | Câmara Municipal de Amarante |
| CMPC | Comissão Municipal de Proteção Civil |
| CNE | Corpo Nacional de Escutas |
| CNEPC | Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil |
| CNPC | Comissão Nacional de Proteção Civil |
| CORMPC | Coordenador Municipal de Proteção Civil |
| COS | Comandante das Operações de Socorro |

| LISTA DE ACRÓNIMOS | |
|--------------------------|--|
| COSREPC | Comandante Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil |
| COS2018 | Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 |
| CPX | Command Post Exercise (exercícios de posto de comando) |
| CREPC | Comando Regional de Emergência e Proteção Civil |
| CSREPC | Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil |
| CVP | Cruz Vermelha Portuguesa |
| D | |
| DCPT | Departamento Central de Polícia Técnica |
| DECIR | Diretiva Operacional Nacional |
| DEM | Digital Elevation Model |
| DGAV | Direção-Geral da Alimentação e Veterinária |
| DGT | Direção-Geral do Território |
| DGPC | Direção-Geral do Património Cultural |
| DGS | Direção-Geral da Saúde |
| DIOPS | Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro |
| DRAPN | Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte |
| DVI Team | Disaster Victim Identification Team |
| E | |
| EAE | Estado de Alerta Especial |
| EAT | Equipas de Avaliação Técnica |
| EEEVS | Elementos Estratégicos, Expostos, Vitais e/ou Sensíveis |
| EGIC Psicossocial | Equipa de Gestão de Incidentes Críticos – Apoio Psicossocial |
| EIP | Equipa de Intervenção Permanente |
| EM | Estrada Municipal |
| EMGFA | Estado-Maior-General das Forças Armadas |
| EML-DVI | Equipa Médico-Legal de Intervenção em Desastres |
| EN | Estrada Nacional |
| ENDS | Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável |
| ENF | Estratégia Nacional para a Floresta |
| ENSR | Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária |
| EPI | Equipamento de Proteção Individual |
| ER | Estrada Regional |
| ERAS | Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação |
| ERAVmrp | Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais e recolha de prova |
| E-REDES | E-REDES - Energia S.A. |

| LISTA DE ACRÓNIMOS | |
|--------------------|---|
| ENPCP | Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva |
| ETA | Estação de Tratamento de Água |
| ETAR | Estação de Tratamento de Águas Residuais |
| F | |
| FFAA | Forças Armadas |
| G | |
| GMLF | Gabinete Médico-Legal e Forense |
| GNR | Guarda Nacional Republicana |
| GPAAAF | Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários |
| GTF | Gabinete Técnico Florestal |
| I | |
| IC | Itinerário Complementar |
| ICARO | Importância do Calor: Repercussões sobre os Óbitos |
| ICNF | Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas |
| IGT | Instrumento de Gestão Territorial |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| INEM | Instituto Nacional de Emergência Médica |
| IP | Itinerário Principal |
| IP, SA | Infraestruturas de Portugal, S.A. |
| IPMA | Instituto Português do Mar e da Atmosfera |
| IPSS | Instituições Particulares de Solidariedade Social |
| IFSS | Instituições com Fins de Socorro e de Solidariedade |
| INMLCF | Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses |
| IRN | Instituto dos Registos e do Notariado |
| ISS | Instituto de Segurança Social |
| L | |
| LIVEX | Live Exercise (exercício com meios reais) |
| LNEC | Laboratório Nacional de Engenharia Civil |
| LPC | Laboratório de Polícia Científica |
| LRT | Locais de Reforço Tático |
| M | |
| MAI | Ministro da Administração Interna |
| MP | Ministério Público |
| N | |
| NCAPSE | Núcleo de Coordenação ao Apoio Psicológico e Social de Emergência |

| LISTA DE ACRÓNIMOS | |
|--------------------|---|
| NecPro | Necrotérios Provisórios |
| NEM | Núcleo de Emergência Médica |
| NEP | Norma de Execução Permanente |
| NUT | Nomenclatura de Unidade Territorial |
| O | |
| ORMIS | Ordens de Missões |
| OCS | Órgãos de Comunicação Social |
| OVPC | Organizações de Voluntariado de Proteção Civil |
| P | |
| PCDis | Posto de Comando Distrital |
| PCIP | Prevenção e Controlo Integrados da Poluição |
| PCO | Posto de Comando Operacional |
| PCMun | Posto de Comando Operacional Municipal |
| PCNac | Posto de Comando Nacional |
| PCOC | Plano de Contingência para Ondas de Calor |
| PDEPC | Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil |
| PDM | Plano Diretor Municipal |
| PDDFCI | Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios |
| PEA | Plano Estratégico de Ação |
| PEOT | Plano Especial de Ordenamento do Território |
| PE | Ponto de Encontro |
| PEEPC | Plano Especial de Emergência de Proteção Civil |
| PEExt | Plano de Emergência Externo |
| PGRI | Planos de Gestão dos Riscos de Inundações |
| PJ | Polícia Judiciária |
| PLANCOM | Plano de Comunicações |
| PMDFCI | Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios |
| PMA | Postos Médicos Avançados |
| PME | Plano Municipal de Emergência |
| PMEPC | Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil |
| PMEPCA | Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Amarante |
| PMOT | Plano Municipal de Ordenamento do Território |
| PNA | Plano Nacional da Água |
| PNAAS | Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde |
| PNDFCI | Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios |

| LISTA DE ACRÓNIMOS | |
|--------------------|--|
| PNGIFR | Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais |
| PNPOT | Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território |
| PNPR | Plano Nacional de Prevenção Rodoviária |
| POSIT | Pontos de Situação |
| PROF | Plano Regional de Ordenamento Florestal |
| PROT | Plano Regional de Ordenamento do Território |
| PSP | Polícia de Segurança Pública |
| PT | Ponto de Trânsito |
| R | |
| REDIS | Relatório Diário de Situação |
| RELESP | Relatório de Situação Especial |
| RELGER | Relatório de Situação Geral |
| RELIS | Relatórios Imediatos de Situação |
| REPC | Rede Estratégica de Proteção Civil |
| RFE | Relatório Final de Emergência |
| REF | Relatório Final do Exercício |
| REN | Redes Energéticas Nacionais |
| RNE | Rede Nacional de Expressos |
| ROB | Rede Operacional de Bombeiros |
| S | |
| SEPNA | Serviço Especial de Proteção da Natureza e Ambiente |
| SF | Sapadores Florestais |
| SGO | Sistema de Gestão de Operações |
| SGIF | Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais |
| SGIFR | Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais |
| SIEM | Sistema Integrado de Emergência Médica |
| SIG | Sistema de Informação Geográfica |
| SIOPS | Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro |
| SIRESP | Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança em Portugal |
| SITAC | Situação Tática |
| SMPC | Serviço Municipal de Proteção Civil |
| SMS | Short Message Service |
| SMT | Serviço Móvel Terrestre |
| SNIRH | Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos |
| STF | Serviço Telefónico Fixo |

| | |
|--------------|---|
| SVARH | Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos |
| T | |
| TO | Teatro de Operações |
| TTX | Tabletop Exercise |
| TUA | Título Único de Ambiente |
| U | |
| UCI | Unidade de Cooperação Internacional |
| UEPS | Unidade de Emergência de Proteção e Socorro |
| ULPC | Unidades Locais de Proteção Civil |
| Z | |
| ZA | Zona de Apoio |
| ZAP | Zona de Apoio Psicológico |
| ZCAP | Zona de Concentração e Apoio às Populações |
| ZCR | Zonas de Concentração e Reserva |
| ZI | Zona de Intervenção |
| ZRR | Zona de Receção de Reforços |
| ZRnM | Zonas de Reunião de Mortos |
| ZS | Zona de Sinistro |

2 REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

2.1 LEGISLAÇÃO ESTRUTURANTE

Despacho n.º 4067/2024, de 15 de abril - Regulamentação do Sistema de Gestão de Operações (SGO).

Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro - Aprova o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro.

Decreto-Lei n.º 2/2019, de 11 de janeiro - Institui o Sistema Nacional de Monitorização e Comunicação de Risco, de Alerta Especial e de Aviso à População.

Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 07 de maio – Aprovação de diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil e revogação da Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008 de 18 de julho.

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 66-A/2008, de 28 de outubro, Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho de 2015, pelo Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio, pela Lei n.º 21/2019, de 25 de fevereiro, pela Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 122/2021, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 24/2022, de 16 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 41/2023, de 02 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 99-A/2023, de 27 de outubro – Aprova a Lei de Segurança Interna.

Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 01 de abril – Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal.

Lei n.º 27/2006, de 03 de julho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 46/2006, de 07 de agosto, pela Lei orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto, que a republicou – Aprova a Lei de Bases da Proteção Civil.

2.2 LEGISLAÇÃO ORGÂNICA

Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 15-A/2023, de 25 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 114/2023, de 04 de dezembro – Lei Orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro – Estabelece a Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e altera as Leis Orgânicas dos três ramos das Forças Armadas.

Portaria n.º 325-B/2021, de 29 de dezembro – Fixa a estrutura e a organização interna da Força Especial de Proteção Civil (FEPC).

Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 89/2021, de 16 de dezembro, pela Lei n.º 11/2022, de 06 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 41/2023, de 02 de junho, e pela Lei n.º 53/2023, de 31 de agosto – Reestruturação do sistema português de controlo de fronteiras, procedendo à reformulação do regime das forças e serviços que exercem a atividade de segurança interna e fixando outras regras de reafectação de competências e recursos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Lei Orgânica n.º 2/2021, de 09 de agosto – Aprova a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas.

Decreto-Lei n.º 137/2019 de 13 de setembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 55/2019, de 23 de outubro, pela Lei n.º 79/2021, de 24 de novembro, pela Lei n.º 2/2023, de 16 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 8/2023, de 31 de janeiro, pela Lei n.º 35/2023, de 21 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 139-C/2023, de 29 de dezembro - Aprova a nova estrutura organizacional da Polícia Judiciária.

Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março - Aprova o Estatuto do Ministério Público.

Portaria n.º 166/2019, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 136/2021, de 30 de junho, e pela Declaração de Retificação n.º 26/2021, de 21 de julho – Aprova os estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.

Decreto-Lei n.º 45/2019, de 01 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 43/2020, de 21 de julho, pela Lei n.º 9/2021, de 02 de março, pelo Decreto-Lei n.º 46/2021, de 11 de junho, pelo

Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 10/2023, de 08 de fevereiro – Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Decreto-Lei n.º 12/2018, de 16 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 20/2021, de 15 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 46/2021, de 11 de junho - Aprova a orgânica da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P.

Portaria n.º 91/2017, de 02 de março – Define o âmbito, o modo de reconhecimento e as formas de cooperação em atividades de proteção civil das organizações de voluntariado de proteção civil (OVPC).

Decreto-Lei n.º 8/2017, de 09 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 44/2020, de 22 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 58/2023, de 19 de julho – Estabelece o regime jurídico aplicável aos sapadores florestais e às equipas de sapadores florestais no território continental português e define os apoios públicos de que estas podem beneficiar.

Decreto-Lei n.º 40/2015, de 16 de março – Lei Orgânica da Autoridade Nacional da Aviação Civil.

Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro. – Lei Orgânica da Força Aérea.

Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 102/2019, de 06 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 13/2021, de 10 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro– Lei Orgânica do Exército.

Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro – Lei Orgânica da Marinha.

Lei n.º 28/2013, de 12 de abril – Define as Competências, a Estrutura e o Funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional.

Decreto-Lei n.º 266-F/2012, de 31 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio - Aprova a orgânica da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 54/2012, de 28 de setembro – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses.

Decreto-Lei n.º 148/2012, de 12 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 41/2023, de 02 de junho – Lei Orgânica do Instituto dos Registos e Notariado.

Decreto-Lei n.º 129/2012, de 22 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 66/2015, de 29 de abril, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 51/2023, de 03 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 127/2023, de 26 de dezembro - Aprova a orgânica do Instituto do Turismo de Portugal, I. P.

Decreto-Lei n.º 83/2012, de 30 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 167/2013, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 18/2026, de 13 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 25/2017, de 03 de março, pelo Decreto-Lei n.º 169-B/2019, de 03 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 32/2022, de 09 de maio – Lei Orgânica do Instituto de Segurança Social.

Decreto-Lei n.º 68/2012, de 20 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 18/2014, de 04 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 236/2015, de 14 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 90/2018, de 09 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 169-B/2019, de 03 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 32/2022, de 09 de maio – Lei Orgânica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

Decreto-Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 109/2013, de 01 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 68/2015, de 29 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 169-B/2019, de 03 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 32/2022, de 09 de maio – Lei Orgânica da Direção-Geral da Alimentação e Veterinária.

Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2016, de 26 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 108/2018, de 03 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 07 de dezembro – Lei Orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente.

Decreto-Lei n.º 39/2012, de 16 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 169-B/2019, de 03 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 32/2022, de 09 de maio – Lei Orgânica do Instituto Português do Sangue e da Transplantação.

Decreto-Lei n.º 34/2012, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 17/2012, de 05 de abril, pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 19/2023, de 22 de março – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.

Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 67/2013, de 17 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 127/2014, de 22 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 173/2014, de 19 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 74/2016, de 08 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 61/2022, de 23 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 89/2023, de 11 de outubro – Lei Orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I.P.

Decreto-Lei n.º 126-B/2011, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 161-A/2013, de 02 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 112/2014, de 11 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 41/2023, de 02 de junho – Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna.

Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 07 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, e pela Lei Orgânica n.º 3/2021, de 09 de agosto – Lei de Defesa Nacional.

Decreto-Lei n.º 82/2009, de 02 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro, e pela Declaração de Retificação n.º 51/2013, de 03 de dezembro - Estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde.

Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 04 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 113/2018, de 18 de dezembro, pela Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro, e pela Lei n.º 53/2023, de 31 de agosto – Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana.

Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro, e pela Lei n.º 53/2023, de 31 de agosto – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública.

Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 36/2021, de 14 de junho – Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros.

Decreto-Lei n.º 281/2007, de 07 de agosto – Aprova o Regime Jurídico da Cruz Vermelha Portuguesa.

Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 248/2012, de 21 de novembro, pela Declaração de Retificação n.º 4/2013, de 18 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro – Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros.

Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, alterada pela Lei n.º 48/2009, de 04 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro, pela Declaração de Retificação n.º 4-A/2013, de 18 de janeiro, pela Declaração de Retificação n.º 3/2013, de 18 de janeiro, pela Lei n.º 38/2017, de 02 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 45/2019, de 01 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 64/2019, de 16 de maio – Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses.

Decreto-Lei n.º 22/2006, de 02 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 247/2015, de 23 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 113/2018, de 18 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 114/2018, de 18 de dezembro – Lei Orgânica do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, da Guarda Nacional Republicana.

Decreto-Lei n.º 44/2002, de 02 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 121/2014, de 07 de agosto– Estabelece as atribuições, a estrutura e a organização da Autoridade Marítima Nacional.

2.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

Portaria n.º 322/2021, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 210/2023, de 17 de julho – Regulação da composição e do funcionamento das equipas de intervenção permanente (EIP).

Despacho n.º 11198/2020, de 13 de novembro - Condições de instalação e funcionamento dos comandos regionais de emergência e proteção civil.

Decreto-Lei n.º 2/2019 de 11 de janeiro - Institui o Sistema Nacional de Monitorização e Comunicação de Risco, de Alerta Especial e de Aviso à População.

Decreto-Lei n.º 112/2008, de 01 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro – Conta de Emergência.

Portaria n.º 302/2008, de 18 de abril – Normas de funcionamento da Comissão Nacional de Proteção Civil.

Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 344/2008, de 17 de outubro – Regulamento de Funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional.

Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 97/2007, de 16 de maio – Estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).

Decreto-Regulamentar n.º 86/2007, de 12 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 87/2020, de 15 de outubro – Articulação, nos espaços marítimos de soberania e jurisdição nacional, entre autoridades de polícia.

Decreto-Lei n.º 43/2002, de 02 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 263/2009, de 28 de setembro – Define a organização e atribuições do Sistema da Autoridade Marítima (SAM) e cria a Autoridade Marítima Nacional.

Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 138/2000, de 13 de julho – Estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres.

Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de setembro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo.

Decreto-Lei n.º 15/94, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 3/94, de 31 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 399/99, de 14 de outubro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo.

Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio – Lei do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

2.4 LEGISLAÇÃO CONCORRENTE

Lei n.º 99-A/2023, de 27 de outubro – Aprova a orgânica da Unidade de Coordenação de Fronteiras e Estrangeiros.

Decreto-Lei n.º 41/2023, de 02 de junho – Cria a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P..

Decreto-Lei n.º 49/2022, de 19 de julho - Altera as regras de funcionamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, determinando a adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança até 31 de março de 2023.

Despacho n.º 8591/2022, de 13 de julho - Requisitos para adoção de medidas de proteção relativas à resistência do edifício à passagem do fogo, a constar em ficha de segurança ou projeto de especialidade no âmbito do Regime Jurídico de Segurança contra Incêndio em Edifícios.

Aviso n.º 6345/2022, de 28 de março – Torna público a carta estrutural de perigosidade de incêndio rural.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto - Aprova a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030.

Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 39-A/2021, de 10 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 119-A/2021, de 22 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 49/2022, de 19 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 56/2023, de 14 de julho – Cria o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e estabelece as suas regras de funcionamento.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho – Aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR).

Resolução n.º 1/2019, de 12 de setembro - Aprova a diretiva relativa à norma orientadora para a instalação de sinalética em áreas expostas ao risco de rotura de barragens e áreas expostas ao risco de tsunamis e respetivos caminhos de evacuação.

Lei n.º 99/2019, de 05 de setembro – Primeira revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

Portaria n.º 281/2019, de 30 de agosto, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 163/2021, de 29 de julho- Estabelece restrições à circulação rodoviária de automóveis pesados que transportem mercadorias perigosas em cisterna.

Decreto-Lei n.º 108/2018 de 03 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 4/2019, de 31 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 81/2011, de 06 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 139-D/2023, de 29 de dezembro – Estabelece o regime jurídico da proteção radiológica.

Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro – Aprova o Plano Nacional da Água.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro – Aprova os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI).

Decreto-Lei n.º 150/2015, de 05 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 12/2022, de 27 de junho – Prevenção de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas.

Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, pelo Decreto-Lei n.º 63/2022, de 26 de setembro, e pela Lei n.º 24-E/2022, de 30 de dezembro - fusão entre a Rede Ferroviária Nacional - REFER, E. P. E. (REFER, E. P. E.) e a EP — Estradas de Portugal, S. A. (EP, S. A.), com o objetivo de criar uma única empresa de gestão de infraestruturas de transportes em Portugal.

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 3/2021, de 7 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 52/2021, de 15 de junho – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro, pela Declaração de Retificação n.º 50-A/2013, de 11 de novembro, pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, pela Lei n.º 66/2020, de 04 de novembro, pela Lei n.º 24-A/2022, de 23 de dezembro, pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 08 de janeiro - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro – Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais.

Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 18/2010, de 28 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 206-A/2012, de 31 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 19-A/2014, de 07 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 246-A/2015, de 21 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 111-A/2017, de 31 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 41/2018, de 11 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 24-B/2020, de 08 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 99/2021, de 17 de novembro – Aprova o Regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas.

Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 13/2013, de 31 de janeiro, e pela Portaria n.º 135/2020 de 02 de junho - Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios.

Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 09 de outubro, pelo Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 319/2018, de 10 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho, pela Lei n.º 123/2019, de 18 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro- Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios.

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 66-A/2008, de 28 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio, pela Lei n.º 21/2019, de 25 de fevereiro, pela Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 122/2021, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 24/2022, de 16 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 41/2023, de 02 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 99-A/2023, de 27 de outubro – Lei de Segurança Interna.

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 02 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, pela Declaração de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro, pela Declaração de Retificação n.º 42/2017, de 30 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 22/2018, de 15 de maio, pela Declaração de Retificação n.º 170/2019, de 04 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março, pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 07 de abril, pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, pela Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho, pelo

Decreto-Lei n.º 78/2022, de 07 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho – Código dos Contratos Públicos.

Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março – Regulamento de Segurança de Barragens.

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março, pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho, pela Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 44/2017, de 19 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, e pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro – Lei da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas; medidas de proteção contra acidentes graves de poluição; medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas.

Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de novembro – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias.

2.5 LEGISLAÇÃO DIVERSA

Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 2/2018, de 20 de junho - Aprovação de planos de emergência de proteção civil.

Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 32/2016, de 21 de outubro de 2016 - Torna pública a aprovação, pela Comissão Nacional de Proteção Civil, dos Planos Distritais de Emergência de Proteção Civil de Aveiro, Braga, Bragança, Leiria, Santarém, Viana do Castelo e Vila Real, dos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil de Amarante, Cinfães, Mondim de Basto, Paredes e Vila Verde, dos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil de Arganil, Castelo Branco, Covilhã, Ferreira do Alentejo, Paredes de Coura, Torres Novas e Vila Viçosa com a recomendação de uma revisão intercalar ao fim de três anos da sua vigência, da 1.ª Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Felgueiras e Vale de Cambra, do Plano de Emergência Externo da Orica Mining Services Portugal, S. A. (concelho de Aljustrel) com a recomendação de uma revisão intercalar ao fim de dois anos da sua vigência, da 1.ª Revisão do Plano de Emergência Externo da Respol Resinas, S. A. (concelho de Leiria), e do Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Centro Histórico de Mértola com a recomendação de uma revisão intercalar ao fim de três anos da sua vigência.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2013, de 11 de dezembro – Aprova o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil.

Resolução n.º 22/2009, de 23 de outubro – Aprova o Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes (PEERS-AML).

3 REGISTO DE ATUALIZAÇÕES E EXERCÍCIOS

3.1 REGISTO DE ATUALIZAÇÕES

| ATUALIZAÇÕES AO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE AMARANTE | | | | | |
|---|---|-------------------|-------------------|---|---|
| Versão | Alteração | Data da alteração | Data de aprovação | Entidade Competente pela Aprovação | Observações |
| 01 | Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Amarante (PMEPCA) | (...) | 1999 | Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC) | (...) |
| 02 | 1.ª Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Amarante (PMEPCA) | (...) | 2016 | CNPC (Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 32/2016, de 21 de outubro de 2016) | Revisão em conformidade com a Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 25/2008, de 18 de julho |
| 03 | 2.ª Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Amarante (PMEPCA) | Em Curso | (...) | Assembleia Municipal | Resolução em conformidade com a Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 07 de maio |
| 04 | (...) | (...) | (...) | (...) | (...) |
| 05 | (...) | (...) | (...) | (...) | (...) |
| 06 | (...) | (...) | (...) | (...) | (...) |
| 07 | (...) | (...) | (...) | (...) | (...) |
| 08 | (...) | (...) | (...) | (...) | (...) |

3.2 REGISTO DE EXERCÍCIOS

| REGISTO DE EXERCÍCIOS AO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE AMARANTE | | | | | | | | | |
|--|-----|-------|------------------------|---|---|--|------------|--|-----------------------------|
| Tipo | | | Relatório do Exercício | Objetivos | Cenário | Local | Data | Agentes e Entidades Envolvidos | Meios e Recursos Envolvidos |
| TTX | CPX | LIVEX | | | | | | | |
| | X | | Sim | <ul style="list-style-type: none"> Testar a operacionalidade do PMEPCA; Exercitar os princípios de unidade de direção, coordenação e comando nos termos previstos no SIOPS e no PMEPCA; Exercitar a capacidade de resposta dos agentes de proteção civil e entidades intervenientes; Testar a interação operacional entre os vários agentes de proteção civil e entidades intervenientes; Operacionalizar os procedimentos da declaração da situação de Alerta de âmbito Municipal e da consequente convocação e reunião da CMPC para eventual ativação do PMEPCA; Testar e criar rotinas de autoproteção da população, face a emergências. | No dia 30 de novembro de 2017, o concelho de Amarante será afetado por fenómenos meteorológicas adversos, com precipitação forte (chuva na ordem dos 30mm/1h) e vento a soprar forte a muito forte (80/90 km/h), com rajadas na ordem dos 120-130km/h e trovoadas. Estas condições meteorológicas vão originar uma serie de ocorrências e um elevado número de sinistrados. | Edifício da Câmara Municipal de Amarante, sito na Alameda Teixeira de Pascoaes, 4600-011, Amarante. | 30-11-2017 | Câmara Municipal de Amarante; Corpo de Bombeiros Voluntários de Amarante; Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Meã; Guarda Nacional Republicana (GNR); ANEPC / CDOS do Porto; Junta de Freguesia da União das freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena; Junta de Freguesia de Vila Meã; Externato de Vila Meã. | N.A. |
| | | X | Sim | <ul style="list-style-type: none"> Testar a operacionalidade do PMEPCA; Exercitar os princípios de unidade de direção, coordenação e comando nos termos previstos no SIOPS e no PMEPCA; Exercitar a capacidade de resposta dos agentes de proteção civil e entidades intervenientes; Testar a interação operacional entre os vários agentes de proteção civil e entidades intervenientes; Operacionalizar os procedimentos da declaração da situação de Alerta de âmbito Municipal e da consequente convocação e reunião da CMPC para eventual ativação do PMEPCA; Testar e criar rotinas de autoproteção da população, face a emergências. | No dia 01 de março de 2018, o concelho de Amarante será afetado por fenómenos meteorológicas adversos, com precipitação forte (chuva na ordem dos 30mm/1h) e vento a soprar forte a muito forte (80/90 km/h), com rajadas na ordem dos 120-130km/h e trovoadas. Estas condições meteorológicas vão originar uma serie de ocorrências e um elevado número de sinistrados. | Diferentes locais, na União das freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena e na freguesia de Vila Meã. | 01-03-2018 | Câmara Municipal de Amarante; Corpo de Bombeiros Voluntários de Amarante; Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Meã; Guarda Nacional Republicana (GNR); Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P; CVP - Delegação de Amarante; Junta de Freguesia da União das freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena; Junta de Freguesia de Vila Meã; Externato de Vila Meã; Universidade Sénior de Amarante; Infraestruturas de Portugal, S.A.; Cineteatro Raimundo Magalhães; ANEPC / CDOS do Porto. | S.D. |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |